

A Defensoria Pública da União e sua missão institucional

Haman Tabosa de Moraes e Córdova*



“A Defensoria Pública da União, onde conseguiu se instalar neste País de proporções continentais, está preparada para cumprir com a sua missão constitucional, qual seja, orientar e defender a população carente, em juízo ou fora dele.”

Revista: A Defensoria Pública da União, como órgão integrante do sistema de Justiça brasileiro, está preparada para cumprir a sua missão constitucional?

Haman Córdova: A Defensoria Pública da União, onde conseguiu se instalar neste país de proporções continentais, está preparada para cumprir com a sua missão constitucional, qual seja, orientar e defender a população carente, em juízo ou fora dele. A afirmativa é possível porque até mesmo o Judiciário Federal, que sabidamente vem lutando para se expandir a fim de alcançar todos os municípios do interior do País, tem suas dificuldades para avançar pelas razões de natureza orçamentária. De igual modo, paulatinamente a Defensoria Pública da União vem crescendo e firmando suas bases no interior dos Estados, de maneira que dentro dos limites de suas forças a instituição vem prestando satisfatoriamente o serviço público que lhe foi confiado pela Carta Magna em seus arts. 5º, inciso LXXIV, e 134. Exemplifico com dados estatísticos internos segundo os quais, desde o ano de 2009, a DPU tem conseguido superar um milhão de atendimentos/ano por meio dos seus órgãos de atuação (núcleos) e de execução (defensores públicos), sendo certo que somente é possível chegar a esses números em razão

da exclusividade do serviço prestado pelos membros da carreira, aos quais é vedado o exercício da advocacia privada.

Revista: Qual a atual situação organizacional da Defensoria Pública da União?

Haman Córdova: Atualmente, a DPU conta com 481 profissionais em atuação perante as capitais dos 26 Estados e do Distrito Federal, bem como os 31 Municípios no interior do País, totalizando 58 órgãos. De acordo com a Lei Complementar 80/1994 – Lei Orgânica da Defensoria Pública –, os defensores públicos federais acompanham a organização do Poder Judiciário da União, exercendo suas funções em três níveis: diante dos juízos de primeiro grau, dos tribunais regionais e dos tribunais superiores. Ao defensor público-geral federal compete atuar perante o Supremo Tribunal Federal.

Revista: E quais as principais áreas de atuação dos defensores públicos federais?

Haman Córdova: Os defensores federais atuam nas mais diversas matérias de competência da Justiça Federal, com destaque para as causas em desfavor da Caixa Econômica Federal e as ações contra a União, suas autarquias e empresas públicas, seja na condição de autoras ou rés. Merecem referência os processos

*Defensor público-geral federal para o biênio 2011/2013.

contra o Instituto Nacional do Seguro Social, nos quais se pleiteia a concessão ou revisão de benefícios previdenciários, a exemplo de auxílios-doença, aposentadorias e benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social. De outro lado, é igualmente comum, no dia a dia dos defensores públicos federais, a procura pelos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, os quais buscam a revisão de contratos celebrados, rediscussão de cláusulas, solução de problemas com os imóveis entregues pela Caixa Econômica Federal, defesas em leilões extrajudiciais, além das ações envolvendo o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), destinado à classe desfavorecida economicamente. Vale citar, ainda, as ações criminais no âmbito das Justiças Federal e Militar, com destaque para júris federais, tráfico internacional e interestadual de drogas e crimes militares. Por fim, a DPU também realiza itinerantes em localidades distantes, mutirões de atendimento em grandes centros urbanos, e desenvolve projetos especiais com o objetivo de levar orientação à população carente.

Revista: Ainda há advogados dativos atuando perante a Justiça Federal?

Haman Córdova: Dispõe a Resolução 558/2007, do Conselho da Justiça Federal, que a assistência jurídica gratuita será prestada, no âmbito da Justiça Federal, pela Defensoria Pública da União, podendo ser nomeado advogado voluntário ou dativo nas hipóteses de inexistência ou deficiência de quadros. Aliás, outra orientação não poderia ser, em obediência ao que dispõe a Lei Complementar 80/1994. Desta forma, percebe-se que a regra é a prestação do referido serviço público pela Defensoria Pública da União. Atualmente, porém, há 264 subseções da Justiça Federal, das quais apenas 58 contam com a presença da DPU, significando dizer que nas localidades deficitárias a defesa ainda pode ser feita por advogados voluntários ou por advogados dativos, entendendo-se os primeiros como aqueles que não recebem nenhuma contraprestação financeira pelo trabalho realizado e, os últimos, aqueles que são remunerados com recursos da Justiça Federal próprios para o custeio de honorários, neles incluídos os de peritos, curadores, tradutores e intérpretes. Em verdade, à medida que a Defensoria Pública da União for ganhando musculatura, menor será a realização de defesa por outros profissionais, sendo importante frisar, todavia, que enquanto tal não ocorre, formas improvisadas vão ganhando espaço em claro prejuízo

à população carente, a exemplo da Resolução 62/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que visando preencher essa lacuna levou os tribunais do País a cadastrar advogados voluntários para a prestação da assistência jurídica de forma graciosa.

Revista: Em que consistem os principais entraves para o bom desempenho das funções institucionais?

Haman Córdova: Infelizmente, os entraves são muitos, a começar pelo diminuto quadro de membros e pela ausência de corpo funcional administrativo próprio, capaz de permitir o regular funcionamento administrativo e o auxílio dos defensores públicos quanto à atividade-fim desenvolvida pelo órgão. A DPU foi implantada em caráter emergencial e provisória no ano de 1995 e até o presente momento possui deficitário quadro de pessoal, formado em sua grande maioria por servidores requisitados de outros órgãos da Administração Pública, bem como por poucos servidores remanejados para substituir terceirizados. Almejamos estrutura compatível com a dos Tribunais e Ministério Público, a bem da população carente deste País.

Revista: A autonomia administrativa e financeira já obtida pelas defensorias públicas estaduais é uma meta a ser alcançada?

Haman Córdova: Sem dúvida. A Defensoria Pública foi uma opção clara, irretratável, do constituinte originário para que a população carente não ficasse juridicamente excluída. Não há, portanto, outra opção aos Poderes constituídos senão efetivá-la, torná-la real, equipá-la de forma condizente com a estrutura ofertada ao órgão de acusação estatal. Nesse contexto, faz-se necessária a autonomia à DPU nos mesmos moldes já concedidos às Defensorias Públicas Estaduais pela Emenda Constitucional 45/2004. A instituição Defensoria Pública é una e indivisível, não havendo, pois, qualquer justificativa válida para que se dê tratamento diferenciado entre seus ramos estadual e federal, que tem razão de ser apenas e tão somente para melhor divisão de trabalho e organização das atribuições institucionais. Por meio da autonomia administrativa e financeira a Defensoria Pública terá condições de se colocar em igualdade de estrutura com a parte contrária, de modo a justificar a imagem de equilíbrio que pretende transmitir a deusa Têmis da Justiça.

Revista: Quais os principais desafios da atual gestão para o próximo biênio?

Haman Córdova: A principal meta consiste na retirada definitiva, porém gradual, da DPU do caráter emergencial e provisório em que se encontra. Para tanto, precisamos convencer o Governo Federal de que a instituição não pode permanecer da forma como está, haja vista que o serviço oferecido não é um favor que se faz à sociedade, mas um dever constitucional que deve ser levado a sério. Estamos em bom entendimento com o Ministério da Justiça para que, juntos, possamos virar essa página que ainda mancha o Estado Democrático de Direito brasileiro. Nesse sentido, a criação da carreira de apoio e de mais cargos de defensores públicos federais é medida crucial para o fim da emergencialidade e provisoriedade que lhe acomete, notadamente por ser uma instituição tida como essencial à função jurisdicional do Estado, ao lado da Advocacia Pública e do Ministério Público.

Revista: Em sua visão, como é a relação profissional entre juízes e defensores públicos no âmbito da Justiça Federal?

Haman Córdova: A relação atual é de conhecimento. Os juízes e defensores federais estão em fase de adaptação, pois a figura do defensor público em âmbito federal é relativamente nova. À medida que as audiências vão sendo realizadas e as petições sendo lidas, e, principalmente, à medida que vamos conseguindo expandir nossos quadros, tem início uma divulgação silenciosa do trabalho da instituição, cuja existência, repito, é fundamental para a salvaguarda do direito das pessoas que não podem dispor de recursos para movimentar o Estado-Juiz e para a correta distribuição de Justiça. É importante que os magistrados compreendam que a Defensoria Pública da União chega para se estabelecer definitivamente, e bem assim, que o trabalho diário realizado pela Administração Superior se destina à ocupação dos espaços institucionais. Ademais, importante destacar que, além das demandas ajuizadas, a DPU também atua de maneira decisiva para a redução da judicialização dos conflitos, utilizando-se do instrumento da conciliação extrajudicial e do arquivamento de pleitos juridicamente impossíveis.